

Economista: novo mínimo não é eficaz na distribuição de renda

(Não Assinado)

29 de fevereiro de 2008, 22h13

Fonte: Agência Brasil

O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Néri, disse que há dez anos, o aumento do salário mínimo tinha impacto muito forte na redução da pobreza, mas hoje os dados analisados pelos institutos de pesquisa mostram que boa parte dos efeitos positivos desse aumento foi perdida.

Ele explicou que o aumento exerce tanto efeitos positivos quanto negativos na economia e alertou que nas áreas pobres pode causar mais desemprego e informalidade do que o próprio ganho conquistado. "Tanto pode aumentar o salário das pessoas como fazer com que elas percam o emprego ou a carteira de trabalho. No lado fiscal, melhora a renda de mais de 12 milhões de pensionistas e aposentados do INSS, aquece a economia local, mas por outro lado tem um impacto importante nas finanças municipais, já que existe maior proporção de funcionários públicos municipais atrelados ao mínimo do que no próprio segmento de empregadas domésticas", disse.

Néri informou que o impacto nas contas públicas com a Previdência equivale a aproximadamente 12% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma das riquezas produzidas no País). E disse que foram criados mecanismos alternativos mais eficazes para diminuir a pobreza. "O caminho do salário mínimo é um caminho mais longo, mais tortuoso, mais indireto, que não pega tanto os mais pobres. Há dez anos, além de o salário mínimo estar num nível muito mais baixo, não havia esses caminhos alternativos, verdadeiros atalhos para a redução da pobreza".

Segundo o economista, atualmente, o impacto do Bolsa Família é bem maior que o do salário mínimo sobre a população pobre. "Cada real que se gasta em aumento do Bolsa Família impacta a pobreza duas vezes e meia mais do que cada real que se gasta em salário mínimo".

Para ele, não se investe na população jovem e se deixa para compensá-la na velhice. "As pessoas vivem vidas miseráveis e no final tenta-se compensá-las. Acho que essas pessoas merecem uma condição melhor de vida, sem dúvida. Agora, a gente não pode deixar de lado as gerações mais novas. Mas a bandeira das crianças não é uma bandeira politicamente muito forte, porque criança não vota. Uma em cada cinco crianças é pobre, enquanto essa taxa é sete vezes menor entre os idosos. Então, é uma opção que o Brasil fez, mas está na hora de se fazer uma opção pelas crianças."

O economista André Rebelo, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), lembrou que a implantação do Bolsa Família levou a um considerável aumento do consumo nas Regiões Norte e Nordeste, onde o programa tem maior abrangência. "Os dados de venda no comércio naquela região cresceram mais de 10%, enquanto a média nacional estava entre 4% e 5%", informou.

Para Rebelo, que é gerente do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp, o programa teve papel de indutor do consumo das famílias que estavam fora do processo produtivo, sem renda e sem emprego.